

PROJETO DE INTERVENÇÃO: “A INCLUSÃO COMEÇA POR VOCÊ!”

Amanda Pereira Soares Lima (1); Carla Montefusco Oliveira (2)

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

amandapslima@yahoo.com.br (1); Profa. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) carlamontefusco@gmail.com (2)

Resumo

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) considera pessoa com deficiência aquele indivíduo que possui impedimento de longo prazo de natureza mental, física, intelectual ou sensorial o qual impede sua participação plena e efetiva em sociedade nas mesmas condições que as demais pessoas. De acordo com o Censo (2010) a maior incidência de pessoas com deficiência ocorre no estado do Rio Grande do Norte acometendo 27,76% da população norte-rio-grandense. Tendo em vista o dado apresentado, foi notório a importância de se implementar um projeto que tivesse como eixo central de discussão a questão da inclusão da pessoa com deficiência. O presente artigo consiste no relato de experiência da implementação do projeto de intervenção intitulado “A inclusão começa por você!” no decorrer do estágio curricular-obrigatório em Serviço Social realizado no Centro de Referência de Assistência Social - Nova Parnamirim, o qual teve como objetivo geral sensibilizar os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo a respeito da inclusão da pessoa com deficiência. E como objetivos específicos: provocar uma reflexão a respeito da inclusão das pessoas com deficiência nas variadas esferas da vida social; promover o conhecimento acerca dos direitos das pessoas com deficiência; e problematizar os estigmas existentes referente às pessoas com deficiência. Os resultados do projeto mostram que referida temática ainda é pouco discutidas nos espaços sociais, assim como possui pouco material voltado para o público infantojuvenil, corroborando assim para o pouco conhecimento dos sujeitos acerca da inclusão das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Centro de Referência de Assistência Social; Estágio curricular-obrigatório; Inclusão; Pessoa com deficiência; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado consiste em um momento no processo de aprendizagem de suma importância para o graduando, uma vez que possibilita uma aproximação efetiva com a prática profissional, assim como em um momento de estudo e reflexão do fazer profissional, compondo um momento de críticas e descobertas da realidade que se expressa no espaço socioinstitucional.

O presente artigo consiste no relato de experiência da implementação do projeto de intervenção intitulado “A inclusão começa por você!” no decorrer do estágio curricular-obrigatório em Serviço Social, realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Nova Parnamirim/RN, o qual possuiu como tema gerador das discussões a questão da inclusão das pessoas com deficiência. O referido artigo tem como objetivo apresentar a sistematização e os resultados alcançados no decorrer do projeto.

No que se refere ao projeto de intervenção, esse diz respeito às ações que tem a finalidade de interferir na vida dos sujeitos participantes, como também interferir de forma direta na dinâmica do campo de estágio, compreendendo assim a sistematização da prática. Conforme Almeida, 1997 apud Barros o projeto de intervenção é a materialização do trabalho a ser desenvolvido no campo de estágio, o qual é elaborado a partir de uma demanda/necessidade de intervenção identificada no estágio e com o propósito de garantia de direitos.

Com a finalidade de subsidiar esse processo de construção e implementação do projeto de intervenção durante o período de estágio, foi realizado o registro em diário de campo das vivências do campo de estágio a fim de colaborar com o processo de obtenção e análise de dados.

O objetivo geral do projeto consistiu em sensibilizar os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) a respeito da inclusão da pessoa com deficiência, e como objetivos específicos provocar uma reflexão a respeito da inclusão das pessoas com deficiência nas variadas esferas da vida social; promover o conhecimento acerca dos direitos das pessoas com deficiência; e problematizar os estigmas existentes referentes às pessoas com deficiência.

Este trabalho inicia-se com a uma breve exposição sobre a metodologia utilizada na pesquisa, após isso se apresenta o campo de estágio e os fundamentos teóricos-metodológico do projeto de intervenção, logo depois são descritos a sistematização e análises do projeto de intervenção “A inclusão começa por você” e por fim a conclusão do referido projeto.

METODOLOGIA

O procedimento técnico utilizado foi a pesquisa-ação, que consiste em um tipo de pesquisa com base empírica, a qual é realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, onde os pesquisadores e participantes representativos da situação estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p.14)

O público participante das atividades consistiu em 6 usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, especificamente crianças, com a faixa etária entre 6 a 10 anos de idade matriculados no turno vespertino. No que diz respeito à população usuária do CRAS Nova Parnamirim imaginou-se que seria extremamente oportuno trabalhar com um dos grupos do SCFV, tendo em vista que possuem como um dos eixos norteadores do serviço à questão do *reconhecimento e admiração da diferença*.

O projeto foi realizado em cinco momentos: convite e divulgação do projeto; Roda de conversa: Inclusão: Para quem? Por quem? Como?; CinePipoca; Oficina: Inclusão e acessibilidade + encerramento do projeto de intervenção; Avaliação com a equipe CRAS.

As metas previamente estabelecidas consistiram no: levantamento a respeito do entendimento acerca do conceito de inclusão e pessoa com deficiência com o público participante do projeto; realização de atividades lúdicas com o objetivo de alcançar maior concentração do público alvo; e confecção de material educativo para expor no CRAS.

APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) – NOVA PARNAMIRIM

O Centro de Referência de Assistência Social é considerado a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É a unidade pública da assistência social destinada à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Consistindo em uma unidade pública que concretiza o direito socioassistencial de acessos a serviços de proteção social básica. Sendo, portanto, a área de atuação da instituição a assistência social, especificamente na Proteção Social Básica (PSB) e que possui natureza governamental.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ainda segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) objetiva prevenir situações de risco social, têm como público-alvo crianças, adolescentes, jovens, usuários da faixa de 18 a 59 anos e idosos. As atividades desenvolvidas nesse programa são realizadas coletivamente e o oferta do serviço pode se dá através de um CRAS ou de um centro de convivência.



FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

A discussão a respeito da inclusão social ainda é considerada recente em nossa sociedade, a temática começou a ser discutida na segunda metade da década de 80 nos países desenvolvidos, e teve suas primeiras experiências nesse mesmo período a partir da inserção social de algumas pessoas com deficiência, já no que diz respeito aos países em desenvolvimento iniciou-se na década de 1990. Entretanto, vale salientar que, as bases dessa discussão, consideradas pré-inclusivistas, já vinham ocorrendo. A partir daí diversas mudanças ocorreram em nossa sociedade, em inúmeros setores como empresas, escolas, áreas urbanas etc, com o objetivo de ampliar a participação de diversos segmentos populacionais nas mais variadas instâncias da vida social. (SASSAKI, 2003)

De acordo com Sasaki (2005) a inclusão constitui-se na adequação dos sistemas sociais presentes na sociedade com a finalidade banir elementos existentes que possam vir a retirar ou manter afastadas as pessoas do meio social. Barreiras essas que podem ser culturais, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas, nos transportes, como também na própria mentalidade das pessoas. O autor destaca que essa eliminação ocorre de maneira gradativa e contínua e depende de maneira direta tanto da sociedade em geral, quanto do sujeito para a realização do acolhimento dessas pessoas. Devendo assim, haver por parte da sociedade, uma modificação em sua estrutura para receber esses indivíduos, ocorrendo desta forma o desenvolvimento do indivíduo após sua inclusão no espaço. A partir do momento em que os sistemas sociais adotarem a prática inclusiva, existirá uma sociedade inclusiva, a qual garantirá seus espaços para todas as pessoas, valorizando-as.

Anteriormente a perspectiva inclusivista, a ideia da integração social surgiu com o objetivo de romper com as práticas da exclusão social. Consistindo em uma prática de inserção, a qual ocorre de forma parcial e condicional do sujeito, integrando socialmente os sujeitos considerados aptos. Sendo considerado, portanto, um modelo injusto. Ora, pois o indivíduo tem que se adaptar ao meio social, e não o meio social se adaptar ao sujeito, como no caso da ideia de inclusão social.

Quando se fala em inclusão é necessário compreender quem são as minorias. Entende-se por minoria os indivíduos que estão segregados do meio social, discriminados, estigmatizados, seja devido aos aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos, religiosos. Neste grupo encontram-se homoafetivos, idosos, imigrantes, pessoas com deficiência, negros, índios etc. Vale salientar que ao se tratar de minorias se pensa em relação à participação direta da população na vida social, assim como em relação a garantia dos direitos individuais e coletivos. (MORENO, 2009).

Para Goffman (1891) o estigma está intrinsecamente relacionado à construção social dos significados através das interações, consistindo em uma relação de atributo e estereótipo. A

sociedade institui as características que tornam as pessoas diferentes das outras, que as fazem inferiores. Isto é, atribui categorias as pessoas e busca encaixá-las nessas categorias, estabelecendo assim, padrões externos aos indivíduos. Dessa forma, o indivíduo que possui uma característica diferente do estabelecido como comum pela sociedade é imediatamente pouco aceito, sendo estigmatizado socialmente.

O autor destaca que esses indivíduos possuem um grande descrédito em relação aos outros, tendo em vista que a sociedade acredita possuírem algum defeito, falha ou desvantagem, reduzindo dessa maneira, as oportunidades do sujeito, caracterizado como um ser desprovido de potencial. Além de que, quanto mais for à diferença entre o real e a identidade virtual, aquela que Goffman destaca como a criação de uma imagem do sujeito que não corresponde com o real, maior será o estigma existente.

No decorrer dos anos, as pessoas com deficiência foram submetidas a diversas formas de estigmas, tendo em vista suas diferenças, sejam essas, em seus aspectos físicos, sensoriais ou intelectuais, perante as outras pessoas consideradas “normais”. Desta forma, foram sendo marginalizadas e afastadas do espaço social, uma vez que essas eram e até hoje são vistas através de um olhar de inutilidade e incapacidade. Tal tratamento tornam as interações desses sujeitos restritas, distanciando-os da realidade social. (MONTEIRO, 1996)

Faz-se assim necessário conceituar pessoa com deficiência¹, tendo em vista que consiste no grupo de minoria focalizado na presente pesquisa. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em seu artigo 2º considera pessoa com deficiência aquele indivíduo que possui impedimento de longo prazo de natureza mental, física, intelectual ou sensorial o qual impede sua participação plena e efetiva em sociedade nas mesmas condições que as demais pessoas. Essa lei visa assegurar e promover condições de igualdade, objetivando a inclusão social e a cidadania. Além da respectiva lei, a Declaração Universal dos Direitos humanos, os tratados e as convenções específicas constituem elementos que asseguram o direito das pessoas com deficiência.

A estigmatização/exclusão desses sujeitos se objetiva de variadas maneiras e nos mais diversos campos da vida social, seja na escola, no mercado de trabalho ou no convívio em sociedade. O capitalismo coopera diretamente nesse processo, uma vez que contribui para manutenção da desigualdade e exclusão social, estando os lucros individuais como prioridade.

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “A INCLUSÃO COMEÇA POR VOCÊ!”

A execução do projeto de intervenção “A inclusão começa por você!” ocorreu no período de maio a junho de 2017, onde foram realizados cinco encontros grupais, os quais tiveram uma duração média de duas horas.

O primeiro encontro consistiu na entrega dos convites e divulgação do projeto na instituição de estágio para as crianças do SCFV. Na ocasião, foi explicado o que consiste o processo de estágio curricular-obrigatório e o projeto de intervenção, e após isso foi entregue os convites. Em continuidade, foi apresentado o nome do projeto, o objetivo geral e as atividades que seriam desenvolvidas, assim como o horário o qual as atividades seriam realizadas.

O segundo encontro do projeto “A inclusão começa por você” foi intitulado “Roda de conversa: Inclusão: Para quem? Por quem? Como?”. No primeiro momento das realizações das atividades foram realizadas as apresentações, momento em que os participantes se apresentaram e falaram o nome, a idade, a escola e a série. Também foi realizada uma dinâmica com o grupo, intitulada dinâmica do pirulito, com o objetivo de refletir sobre a importância do próximo em nossas vidas.

A dinâmica ocorreu da seguinte maneira: todos os participantes formaram um círculo, de pé e foram dados os seguintes comandos: todos devem segurar o pirulito com a mão direita, com o braço estendido. Não pode ser dobrado, apenas levado para a direita ou esquerda, mas sem dobrá-lo. A mão esquerda fica livre. Após isso, foi solicitado para desembulhar o pirulito, já na posição correta (braço estendido, segurando o pirulito e de pé, em círculo). Para isso, pôde-se utilizar a mão esquerda. Foi dada a seguinte orientação: sem sair do lugar em que estão todos devem chupar o pirulito. Aguardou-se até que algum dos participantes tivesse a iniciativa de imaginar como executar esta tarefa, que só há uma maneira: oferecer o pirulito para a pessoa ao lado! Porém, nenhum dos participantes teve essa iniciativa, tentaram chupar o pirulito de diversas formas, mas não ofereceram para o colega. Perante isso, foi explicado o meio que deveriam recorrer para que conseguissem chupar o pirulito. Por fim, foi realizada uma reflexão do quanto precisamos do outro para chegar a algum lugar.

Após isso, foi transmitido à animação "Porque Heloísa?" produzido pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. O curta possui 11 minutos de duração e aborda assuntos como a inclusão escolar e os problemas de acessibilidade enfrentados por pessoas com deficiência. A animação permitiu a reflexão coletiva sobre os direitos e o convívio de crianças com deficiência na sociedade, dando abertura assim para a realização da sondagem e da abordagem inicial da temática da inclusão.

No momento da discussão da temática foram realizados os seguintes questionamentos: Por que vocês acham que os alunos estranharam Heloísa quando ela chegou na sala de aula?; Por que Heloísa é diferente das outras crianças? Vocês possuem amigos ou algum conhecido com a mesma deficiência que Heloísa? O que as outras crianças conseguia fazer que Heloísa não conseguia?; É correto zombar dos amigos?; Devemos ajudar quando algum amigo que possui deficiência não conseguir fazer alguma coisa? .

Em seguida, foi abordada a discussão sobre o que são pessoas com deficiência; sobre o preconceito vivenciado por esses indivíduos; o que é a inclusão? Quem deve fazer? Como?; a mudança na nomenclatura (pessoa portadora de deficiência - pessoa com deficiência); e a quantidade de pessoas com deficiência no Brasil.

Em relação à atividade proposta ficou claro que os participantes sabiam o que era uma pessoa com deficiência, contudo as características físicas e os impedimentos que aqueles sujeitos possuíam foram os pontos mais citados pelos participantes, ficando claro o estigma existente no que se refere às pessoas com deficiência.

Acerca do que se tratava inclusão, foi unanime o desconhecimento do termo, assim como por quem ela deve ser feita e de qual maneira, sendo a problemática trabalhada no decorrer das discussões. Referente o quantitativo de pessoas com deficiência no Brasil foi surpreendente para os participantes, que na ocasião, não tinham noção de como o Brasil possuía uma grande parcela de sua população com deficiência, assim como não tinham o conhecimento de que o estado do Rio Grande do Norte é o estado brasileiro com o maior índice de pessoas acometidas por alguma deficiência.

Já no terceiro encontro, foi transmitido o filme “A mansão mágica” o qual conta a história que um jovem gato que encontra abrigo em uma mansão sombria, após ser abandonado na rua, tendo sido o momento regado por pipoca e suco. Na ocasião, não foi possível levar uma animação que retratasse a vida de uma pessoa com deficiência, pois não foi encontrado filmes com essa temática para a faixa etária do público participante. Através desse fato foi possível refletir sobre a ausência de matérias que abordem a temática para trabalhar com crianças, faixa etária essa de suma importância para trabalhar questões relacionadas ao preconceito e a igualdade. Após esse primeiro momento os participantes realizaram um caça palavras e pintaram desenhos relacionados à pessoa com deficiência.

Em relação ao quarto encontro, foi realizada a oficina: Inclusão e acessibilidade + encerramento, ocasião em que foi realizado um quizz a respeito dos direitos a acessibilidade das

pessoas com deficiência, com o objetivo de avaliar os conhecimentos do público a respeito do assunto, e ao longo da brincadeira as discussões sobre o assunto foram realizadas.

Durante essa atividade analisou-se que os participantes não compreendiam que as vias, parques e espaços públicos deveriam e não são concebidas e executadas de forma a torná-los acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Já em relação aos estacionamentos, notou-se a compreensão dos participantes em relação às reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com de deficiência com dificuldade de locomoção, assim como a necessidade de se respeitar tais regulamentações.

Sobre o transporte público, ficou claro que os participantes compreendem a importância dos veículos de transporte coletivo cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas, tendo que em vista que existem diversas pessoas que não possuem condições de adquirir um carro próprio, contudo não compreendiam a oferta do transporte público acessível como um direito garantido em lei.

Com o intuito de dinamizar ainda mais a abordagem da temática, foi executado uma dinâmica com o objetivo de proporcionar aos participantes vivenciar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência nas ações do cotidiano. O público tentou desenvolver atividades do cotidiano como: servir-se e beber um copo de água, ir ao banheiro, abrir portas e janelas com a cadeira de rodas, bengala, muleta, andadores, com um dos braços ou perna imobilizado, como também com os olhos vendados.

Esse momento foi de suma importância no processo de intervenção, pois além das análises teóricas realizadas foi possível que os participantes apreende-se a partir de uma vivência as dificuldades vivenciada pelos sujeitos com deficiência e mobilidade reduzida. Conquanto, a noção de espaço que eles já possuíam por está todos os dias inseridos naquele local facilitou um pouco a execução das atividades, e esse foi um porto abordado pelos participantes.

O encerramento do projeto que aconteceu no respectivo dia, momento em que foi realizada a avaliação com as criança, a qual ocorreu por meio de relato, tendo, na ocasião, sido exposto pelos participantes a satisfação frente às atividades desenvolvidas, as quais foram consideradas divertidas e trouxe diversos elementos novos para se está refletindo. Para finalizar o momento foi distribuído o lanche, assim como lancheiras com balas para as crianças/adolescentes.

Por fim, foi realizada uma avaliação rápida, de maneira verbalizada, com os profissionais da equipe da instituição que estiveram presentes durante as atividades realizadas. Onde foi exposto o

agrado em relação às atividades executadas, mesmo entre os diversos desafios que se teve que enfrentar para concretização do projeto “A inclusão começa por você!”. Foi apontada também a importância de que esse trabalho fosse desenvolvido com a participação de mais usuários, haja vista a relevância da temática.

Relativo à eficiência, foram analisados o cumprimento com as metas de gastos estabelecidas no projeto de intervenção ou o aumento de custo, no que se refere ao orçamento previamente realizado para execução das atividades no valor de R\$ 250,00, foi possível se manter dentro do valor estipulado. Já em relação à eficácia foram considerados os objetivos e as metas definidos previamente para o trabalho foram cumpridos.

Em relação à efetividade foram analisados os impactos ocasionados pelo projeto, especificamente: em relação à mudança de percepção em torno da temática da pessoa com deficiência; e o trabalho realizado em torno do reconhecimento e admiração da diferença, eixo de suma importância para está se trabalhando com o público infanto-juvenil, principalmente com os usuários inseridos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

CONCLUSÃO

As pessoas com deficiência por um longo período não foram alvo de preocupação tanto do Estado, quanto das empresas e da sociedade em geral, apesar dos elevados índices de pessoas com deficiência nos estados brasileiros. Somente a partir da criação das legislações as quais instituem os direitos das pessoas com deficiência, do movimento das pessoas com deficiência, fica nítido que passa a existir uma maior atenção frente à problemática.

O projeto de intervenção ora percorrido partiu da necessidade de trabalhar a temática da inclusão, tendo em vista o escasso debate existente em torno da temática. No decorrer da implementação do projeto foi possível apreender que o conhecimento acerca da inclusão de pessoas com deficiência ainda é ínfimo no que se refere aos usuários do SCFV, tal afirmação foi possível constatar a partir das diversas dinâmicas realizadas no decorrer do projeto. Ainda, foi possível observar a existência de poucos materiais para trabalhar a questão da inclusão das pessoas com deficiência com crianças e adolescentes, entende-se, portanto, que tal fato associa-se as perspectivas acima apresentadas.

Pôde-se aferir que os objetivos do projeto de intervenção foram cumpridos, apesar de não ter sido atingido a magnitude outrora presumida, em virtude dos obstáculos vivenciados ao longo do processo de execução do projeto, tais como: a paralisação do serviço devido à reforma da instituição; e o número reduzido de usuários, tendo em vista a mudança de localidade da instituição.

Por fim, destaca-se a necessidade de se trabalhar a questão da inclusão das pessoas com deficiência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2009.

_____. Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016. 32 p.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Brasil: LTC, 1988. 158 p. 4ªed.

MONTEIRO, M. Crianças e linguagem num contexto especial: um estudo etnográfico. In: KRAMER, S; LEITE, M. Infância: fins e desafios da pesquisa. Campinas: Papirus, 1996. p.149-179

MORENO, C. Conceito de minorias e discriminação. Direitos e Humanidades, ano X, n. 17, jul./dez. 2009.

SASSAKI, R.K. Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão Seesp/MEC, ano I, n. 1, out. 2005, p. 19-23.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1986.